

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.656, DE 2007

Revoga o inciso VI do parágrafo 1º art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, Código Eleitoral.

Autor: Deputado Júlio Delgado

Relator: Deputado João Almeida

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe revoga o inciso VI do parágrafo 1º do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, Código Eleitoral, para excluir a sanção de não poder renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo ao eleitor que não provar ter votado na última eleição.

O autor justifica sua proposta sob o argumento de que, dentre todas as penalidades impostas ao eleitor que não provar ter votado na última eleição, “esta é a mais absurda pois, além de penalizar o cidadão, traz conseqüências desastrosas ao país que possui índices de escolaridade negativos e necessita, para seu desenvolvimento, da melhor capacitação de seus cidadãos”.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 32, inciso IV, alínea *a*, e, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do Projeto de Lei nº 1.656, de 2007.

Estão obedecidos os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União (art. 22, I, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à iniciativa, neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF).

Igualmente constatamos que o projeto não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

No que tange à juridicidade, o projeto está em conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

A técnica legislativa e a redação empregadas estão adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Quanto ao mérito, destacamos que no sistema eleitoral brasileiro o voto é direto, secreto e obrigatório para os maiores de dezoito anos em virtude de dispositivo constitucional (art. 14, *caput* e § 1º, inciso I, da Constituição Federal). Para disciplinar a obrigatoriedade do voto, a Lei nº 4.737/1965, Código Eleitoral, estabelece no art. 7º as sanções impostas ao eleitor que deixa de votar, entre elas a de não poder renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo ao eleitor que não provar ter votado na última eleição.

Entendemos que a exclusão de qualquer das sanções impostas pelo Código Eleitoral implica em criar mecanismos que facilitem o descumprimento do dever constitucional de votar.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.656, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado João Almeida
Relator